



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA
GABINETE DA REITORIA**

ATA DE REUNIÃO Nº 1 / 2022 / GR (10.01.05.02)

Nº do Protocolo: 23422.026549/2022-34

Foz Do Iguaçu-PR, 02 de dezembro de 2022.

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA UNILA PARA DEBATER O ORÇAMENTO 2023

Aos dezesseis dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, às nove horas, no Auditório do Campus Integração UNILA, localizado na Avenida Tancredo Neves, número três mil, cento e quarenta e sete, Foz do Iguaçu - Paraná - PR, deu-se início à Audiência Pública para apresentação das considerações técnico- temáticas e debates referentes ao Orçamento dois mil e vinte e três da Universidade Federal da Integração Latino-Americana- UNILA. A mesa diretiva estava composta pelo Reitor, professor Gleisson Alisson Pereira de Brito, o Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças - PROPLAN, professor Jamur Johnas Marchi; O Pró-Reitor de Graduação - PROGRAD, professor Pablo Henrique Nunes, o Pró-Reitor adjunto de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG, professor Márcio de Souza Góes, a Pró-Reitora de Extensão - PROEX, professora Kelly Sossmeier e a servidora Roseane Cleide de Souza, representado a Pró-Reitora de Assuntos Estudantis - PRAE, professora Jorgelina Ivana Tallei. A Audiência teve sua abertura oficial com a fala do Reitor, professor Gleisson Alisson Pereira de Brito o qual deu as boas vindas à comunidade acadêmica e aos ouvintes remotos que acompanhavam a transmissão via plataforma *You Tube*. Mencionou a satisfação pela reunião de todos para discussão de um tema tão sensível e importante para a Universidade: a temática do orçamento institucional, um espaço de avanço para a questão da transparência mas, também, em termos de construção participativa, conjunta, que precisa desse subsídio da comunidade para ser debatido e deliberado com subsídios substanciais pelo Conselho Universitário. Citou que o processo do orçamento será pautado no Conselho Universitário no dia vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e dois, sexta-feira, motivo pelo qual aquele momento de preparação seria muito importante, a oportunidade de debates antes do encaminhamento. Explicou que a Peça Orçamentária da UNILA é um documento que vem ganhando maturidade, corpo, e vem, a cada ano que passa, refletindo de maneira mais clara e mais precisa, a realidade e as necessidades da Universidade, da Instituição. Disse que, por meio da equipe da Pró-reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças, cada unidade administrativa, cada unidade acadêmica, todos os anos, se debruça na construção da proposta orçamentária e, depois, o corpo da peça orçamentária que vai ao Conselho Universitário. Disse que na atual gestão, está se tratando da quinta peça orçamentária e que essa é uma peculiaridade em função de uma nomeação que se deu na metade do exercício fiscal de dois mil e dezenove. Contextualizou acerca da sensibilidade e dificuldades inerentes às temáticas que serão debatidas. Lembrou que todo desafio corresponde, também, a uma oportunidade e em cada desafio há chance de avançar em consolidação. Relembrou que no ano de dois mil e dezenove a gestão da Universidade assumiu no meio do ano, portanto meio exercício fiscal andado. Faltava meio exercício fiscal para a finalização e tinha-se, já, o segundo Ministro da Educação desse atual governo. Citou que ao todo foram cinco ministros da Educação o que trouxe uma dificuldade bastante grande no sentido da interlocução institucional e tinha-se uma situação de trinta por cento de contingenciamento naquele momento. Uma situação que deixava a Universidade num quadro claro de insolvência, ou seja, a gestão assumiu não tendo verba suficiente

para concluir os planos orçamentários até o final do exercício. Essa insolvência poderia vir a tornar-se uma inadimplência que ocorre quando, de fato, o exercício fiscal é findado e há dívida aos credores. Disse que a gestão começou um trabalho intenso de revisão do seu orçamento, de revisão dos processos: foi necessário fazer uma série bastante significativa de cortes nas atividades relacionadas, por exemplo, à segurança, cortes nos contratos de jardinagem, cortes dos contratos de limpeza, redução dos custos institucionais para que fosse possível iniciar o ano subsequente sem entrar em inadimplência. Citou que foram realizadas conversas com os locatários, alinhadas estratégias. Próximo ao final daquele ano, como o orçamento é recomposto na Universidade, dada a batalha intensa da Sociedade Civil Organizada, naquele momento foi possível, apesar da insolvência, fechar o ano sem entrar em inadimplência. Lembrou que a Universidade começou o ano de dois mil e vinte com ânimo, expectativa grande, aniversário de dez anos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana e seu início foi marcado pelo lançamento da Pedra fundamental do Campus Integração, campus em que a reunião estava sendo realizada. O lançamento ocorreu no início de janeiro, no dia do aniversário da Lei de criação da UNILA. Comentou que, naquela ocasião, não era esperado que, dois meses depois, as portas de todos os prédios estariam sendo trancadas e todos estariam se dirigindo para suas casas porque a Pandemia de COVID-19 se aplacaria sobre toda a sociedade e exigiria revisões profundas de paradigmas, revisões profundas de premissas e os desafios da pandemia só seriam reduzidos dois anos depois. Disse ainda que, naquele ano, em termos orçamentários não foi diferente: como lembra muito bem o professor Jamur, o executivo envia ao Congresso Nacional uma Lei Orçamentária um pouco "inovadora" que fora aprovada: aprovou-se apenas sessenta por cento e os quarenta por cento restantes ficariam sob aprovação de crédito suplementar pelo Congresso Nacional. Mais uma vez um cenário de absoluta incerteza porque mais uma vez não era possível saber se, ao longo do ano, o Congresso Nacional aprovaria aquele aporte suplementar e, portanto, como fazer planejamento de médio e longo prazo. Mais uma vez um desafio muito grande em termos de projeto orçamentário. No ano de dois mil e vinte e um a pandemia continuava: foi um ano que houve impasses orçamentários importantes: do orçamento da UNILA houve trinta por cento de redução e do orçamento do PNAES, vinte por cento de redução. Uma redução muito brusca, exigiu da Universidade um aporte próprio de um milhão e quinhentos mil reais nos valores do PNAES naquele momento, seguindo as premissas e a orientação que esta gestão tem de garantir as atividades finalísticas de ensino, pesquisa e extensão e de assistência na Instituição. Explicou que apesar dos desafios, houve uma oportunidade: os anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um computam o interstício com maior número de editais lançados pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da história da Universidade, Pró-Reitoria aqui representada pela Rose, um trabalho hercúleo daquela equipe, lançando um conjunto muito amplo de editais. Comentou sobre as dificuldades que são inerentes a construir um Edital, lançar um Edital, fazer o acompanhamento de seu desenvolvimento e mesmo assim, em tempos de pandemia, para criar um tipo de arcabouço de proteção aos estudantes em situação de vulnerabilidade naquela situação pandêmica. Finalizando o ano de dois mil e vinte e um, mais uma conquista da Comunidade Unileira, a inauguração do Alojamento Estudantil ao final daquele ano. Alojamento este que tem uma história longa desde a compra do terreno lá nos idos de dois mil e dez, primeira licitação em dois mil e dezesseis, mais licitações em dois mil e dezessete, para conclusão no ano de dois mil e vinte e um. Uma ferramenta fundamental e importante para inclusão e permanência do corpo estudantil. Finalmente chegou-se ao ano corrente, ano de dois mil e vinte e dois: o ano se inicia com um exercício fiscal de fato mais calmo mas não dura muito tempo. No meio do primeiro semestre de dois mil e vinte e dois tem-se uma primeira sinalização das dificuldades que viriam: quatorze por cento do orçamento da Universidade é bloqueado, quase 1 bilhão dos valores da rede de todas as Universidades Federais naquele momento. Graças às ações da Sociedade Civil Organizada, ações junto ao Parlamento, junto ao Executivo, o bloqueio foi reduzido para seis por cento. O restante, infelizmente, se consolidou em corte para a Universidade. No segundo semestre foi o último momento que foi enfrentado um desafio assim, mais uma vez um bloqueio de seis por cento no

orçamento. Mais uma vez uma ação muito contundente da ANDIFES, da CONIF, dos SINDICATOS, toda a rede de Universidades atuando de maneira muito premente fez com que o Ministério da Educação retrocedesse liberando o orçamento da Universidade. Citou que o ciclo está se encerrando e acredita-se que haverá um período mais calmo pela frente, com anseio que de um novo momento a partir do próximo ano. Explicou que, apesar de todos os desafios do ano de dois mil e vinte e dois, foram encerradas as obras do Bloco de aulas I. Então, se em dois mil e vinte foi lançada a pedra fundamental do Campus Integração, em dois mil e vinte e um o alojamento foi inaugurado. Em dois mil e vinte e dois estão sendo finalizadas as obras do primeiro bloco de aulas da Universidade e foi possível avançar em uma série de ações fundamentais: aumento dos valores de auxílio por meio do orçamento participativo, mais uma ação muito importante da PRAE. Aumento nos valores das bolsas de extensão, aumento nos valores das bolsas de monitoria e aumento nos valores das bolsas de iniciação científica, confirmando o compromisso da Administração em garantir as atividades finalísticas da Universidade, apesar dos desafios. Finalizou sua explanação dizendo que o orçamento da Universidade é bastante difícil e dinâmico, mas a Pró-Reitoria de Orçamento e Finanças- PROPLAN vem fazendo um trabalho ímpar e exemplar na condução desse orçamento. Importante marcar que a Universidade tem sido agraciada com prêmios, inclusive, por Instituições que acompanham a execução do desenvolvimento do orçamento federal. Em dois mil e vinte e um a Unila ganhou um prêmio por excelência na área de Contabilidade. No ano corrente, o setor está na segunda etapa de um prêmio relacionado ao painel de custos - Inovação de Custos. Recomendou o acesso ao Painel de Custos, uma ferramenta muito importante que traz não só transparência, mas que permite o verdadeiro controle social do orçamento por parte da comunidade. Citou que a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior- ANDIFES fará parte da equipe de transição para o novo governo, e o professor Marcelo Ricardo, Reitor da Universidade Federal do Paraná-UFPR, o qual estará na UNILA na próxima semana. Convidou a todos para participação nas discussões em termos de sucesso no Ensino Superior, permanência no Ensino Superior no contexto do pós-COVID. Registrou o compromisso institucional em manter a Universidade funcionando com preferência das atividades finalísticas da Instituição, com o engajamento em todas as frentes de luta junto ao Poder Executivo, junto ao Poder Legislativo, junto à Sociedade Civil Organizada, junto à representação na ANDIFES, junto ao CONIF, porque, apesar dos desafios, sempre é possível encontrar nas águas turbulentas, oportunidades e espírito Unileiro, um espírito acadêmico resiliente e que não se deixa dobrar. Disse que esperava que aquela audiência pública servisse para o amadurecimento nessa linha. Agradeceu a todos pela escuta e, finalizada a fala de abertura, o Reitor passou a palavra ao professor Jamur Johnas Marchi, Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças - PROPLAN, para a primeira apresentação. Professor Jamur iniciou sua fala saudando a todos e todas e agradecendo a oportunidade de falar sobre o orçamento da UNILA. Disse ser um momento importante, especialmente para a Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças que tem a competência de zelar pelo orçamento da Universidade. Concordou com a fala do Reitor acerca dos anos de grandes turbulências, imensas dificuldades, profundos desafios na matéria orçamentária da UNILA e também das Instituições Federais de Ensino Superior. As dificuldades que afetam o orçamento, afetam, obviamente, todas as atividades da Universidade. Lembrou que em dois mil e dezenove foi realizada uma audiência pública sobre o orçamento, foram apresentadas as dificuldades que se colocavam naquele momento, mostrando-se as estratégias para uma programação orçamentária com dois planos: um em caso de liberação do orçamento e outro caso o orçamento não fosse liberado. Na ocasião, foram acordadas, quando da análise pelo CONSUN, algumas prioridades e gatilhos para o atendimento das demandas da Universidade e essa estratégia se mostrou realmente eficaz porque foi possível contornar as turbulências que apareceram. Disse que se fosse possível resumir o período todo em uma palavra, seria "resistência". Obviamente não somente a PROPLAN, a UNILA, mas todo o conjunto de Instituições Federais de Ensino no Brasil. Lembrou, também, que nos anos que sucederam dois mil e dezenove não houve audiências públicas

por conta da própria pandemia e, em dois mil e vinte e dois a atividade está sendo retomada para ser mais um mecanismo de transparência e participação na matéria orçamentária. Na sequência fez apresentação de *slides*, contendo um breve histórico da situação orçamentária da Universidade e um detalhamento para o orçamento de dois mil e vinte e três: a programação orçamentária anual, expostos no anexo I desta ata. Em seguida, o Reitor passou a palavra às unidades finalísticas para detalhamento do orçamento, iniciando com a Pró-Reitoria de Graduação. Professor Pablo Henrique Nunes saudou a todos e todas e, na sequência, realizou deu início às apresentações de *slides*, anexo II desta ata. Após a apresentação da PROGRAD, o Reitor passou a palavra ao Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa e Pós Graduação, professor Márcio de Souza Goes, que destacou que a PRPPG entrará no próximo ano com um orçamento reduzido em torno de vinte e quatro por cento em relação ao exercício de dois mil e vinte e dois, que, diante da ausência de recursos para a Unila, houve um esforço em repassar recursos para outras ações necessárias na Instituição. Explicou que isso gerou um impacto menor de ações quando comparado aos orçamentos anteriores que caía em torno de 12 a 13 por cento em relação aos anos anteriores. Essa redução refletiu especialmente nas ações de fomento à pesquisa: seja para grupos de pesquisa ou pesquisadores da Instituição. Destacou que, apesar disso, grande parte desses recursos ainda estão em mãos dos pesquisadores e pesquisadoras para serem executados em dois mil e vinte e três e, também, nos programas de pós-graduação. Mesmo não sendo os melhores cenários, será, portanto, possível avançar. Em seguida realizou a apresentação técnico-temática da PRPPG, anexo III desta ata. Findada a apresentação da PRPPG, o Reitor agradeceu a disponibilidade de Roberto e Sílvia, tradutores e intérpretes de Língua de Sinais (TILSP) da UNILA naquela audiência pública. Na sequência passou a palavra à Pró-Reitora de Extensão, professora Kelly Sossmeier. Após saudar a todos e todas realizou a apresentação dos *slides* referentes ao orçamento de dois mil e vinte e três da PROEX, anexo IV desta ata. Em seguida, o Reitor informou que a professora Jorgelina estava em atividade externa, viagem, e mesmo estando a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis- PRAE, representada pela servidora Rose, a Pró-Reitora fizera questão de enviar um vídeo que foi apresentado a todos na sequência. A servidora Roseane Cleide de Souza pediu que, após o vídeo, pudesse fazer alguns apontamentos. Deu-se início ao vídeo. A Professora Jorgelina iniciou sua fala remota saudando a todos e todas. Explicou que, apesar de não estar presente fisicamente, acompanhava a transmissão de Montevideu e que estava muito bem representada pelos servidores Roseane e Ivonei. Explicou que o vídeo seria para introduzir a audiência pública no que diz respeito ao orçamento da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, a PRAE, para dois mil e vinte e três. Trouxe um pouco do histórico do PNAES- Programa Nacional de Assistência Estudantil, desde dois mil e dezenove até dois mil e vinte e três. Houve uma queda expressiva em dois mil e vinte e um, mas que logo se retomou em dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três. Em dois mil e dezenove o orçamento da PRAE correspondente ao PNAES era de oito milhões, seiscentos e noventa mil e cento e trinta e três reais e o custeio da UNILA foi de seiscentos e cinquenta e dois mil reais. Em dois mil e vinte, o PNAES foi de oito milhões, trezentos e noventa e nove mil e quinhentos e oitenta e dois reais e o custeio da UNILA de trezentos mil reais. Em dois mil e vinte e um houve uma queda expressiva para seis milhões, seiscentos e noventa e nove mil reais e trinta e dois centavos. O custeio da UNILA foi bem maior: um milhão, quinhentos e vinte e oito mil e setecentos e vinte e quatro reais. Em dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três foi o mesmo panorama: oito milhões, seiscentos e noventa mil e cento e trinta e três reais correspondente ao PNAES e o custeio da UNILA correspondeu à abertura do alojamento estudantil. Resumiu que os auxílios correspondentes ao PNAES, conforme Decreto, tem-se auxílio alimentação, auxílio moradia, auxílio à projetos, auxílio creche, auxílio transporte e foram implementados entre dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois o auxílio digital. Inclusive em parceria com os Institutos em dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, durante a pandemia, o auxílio dignidade menstrual que foi implementado a partir de dois mil e vinte e um, e o auxílio instalação também a partir de dois mil e vinte e um. Foram criados três novos auxílios: o auxílio digital, auxílio dignidade menstrual e auxílio instalação que foi retomado, melhor dizendo, dedicado aos alunos que saíam do alojamento. Em

dois mil e vinte foram criadas uma série de Editais que em primeiro momento foram temporários como o Edital de Auxílio Emergencial, Edital Temporário e Edital de Inclusão Social em razão da pandemia. Visavam minimizar as consequências da própria pandemia. Em dois mil e vinte e dois mil e vinte e um foram implementados os auxílios de inclusão digital por meio de chips ou valores: o auxílio à internet. Citou que foi firmada parceria com a Receita Federal e com isso foi possível distribuir celulares para os estudantes por meio de Editais específicos. Entre dois mil e vinte e dois mil e vinte e um houve um alcance de cem por cento dos estudantes com direito a receber algum tipo de auxílio. Em novembro de dois mil e vinte e um, a abertura do Alojamento Estudantil no qual ingressam os primeiros estudantes e sucessivamente os novos ingressos. Em dois mil e vinte e dois mil e vinte e um foi possível que cem por cento dos alunos tivessem direito a algum tipo de auxílio estudantil. Vale ressaltar em dois mil e vinte e dois, três eixos se unem à permanência estudantil: aprovação da Política de Assistência Estudantil no Conselho Universitário, a elaboração e planificação do orçamento participativo conjuntamente com os estudantes e a Portaria que regula os valores dos auxílios alimentação, creche e moradia que foram reajustados de trezentos para trezentos e cinquenta reais. Assim, para o ano de dois mil e vinte e três, no orçamento, haverá recursos para manutenção de todos os auxílios estudantis e moradia. A transição do alojamento para auxílio moradia e instalação (parcela única), auxílio alimentação, creche e transporte a todos os alunos que hoje recebem auxílio e a previsão dos Editais para os alunos internacionais e nacionais. Na sequência a fala foi passada à servidora Roseane Cleide de Souza, assistente social na PRAE desde 2014, que realizou a apresentação dos *slides*, anexo V desta ata. Em seguida o Reitor retomou a palavra. Enfatizou a fala da professora Jorgelina e da servidora Roseane lembrando que, apesar dos pesares, a UNILA é hoje uma Universidade sem filas de espera para auxílios estudantis, uma Universidade com taxa de evasão abaixo da média, apesar da situação pandêmica, e uma Universidade que tem sessenta por cento a mais do que a média de cobertura em termos de auxílio, conquistas da comunidade discente da Universidade. Registrou a presença do servidor Arlos Eleodoro Seixas Risden Junior, conselheiro do CONSUN, membro da Comissão relatora do orçamento no próximo dia vinte e cinco de novembro, juntamente com a discente Icoana e a professora Paula Andrea Jaramillo. Em seguida, citou os convidados da plenária: o representante do Sindicato dos docentes da UNILA - SESUNILA, representante do Sindicato dos técnicos administrativos- SINDITEST e representante do Diretório Estudantil Latino- Americano - DELA. Citou que a SESUNILA estava representada pelo professor Fernando; o SINDITEST pelo servidor Diógenes; e o DELA pelo discente Rodrigo. Em seguida, o Reitor convidou o professor Fernando Correa Prado para fazer uso da palavra. O professor Prado iniciou sua fala saudando a todos, aos que trabalharam para a existência da audiência e que estão trabalhando, ao Reitor, a toda gestão atual da UNILA, e à representação do SINDITEST. Em atenção ao tempo de fala de cinco minutos, ateu-se a três pontos, o primeiro deles a conjuntura atual. Opinou que é importante, considerando o que foi vivido no último período e que ainda está sendo vivido, um momento bastante perigoso de constantes ameaças às liberdades democráticas e também um momento de degradação de vida da classe trabalhadora, não apenas por conta de uma pandemia com um governo negacionista e anti-ciência e todas as nefastas consequências disso, mas também pelo teor facista e autoritário que caracteriza diversas manifestações de apoio ao atual governo. Citou que esses elementos somados às políticas ultra-liberais têm gerado um quadro de tragédia social. Um quadro que, inclusive, é comprovado por esses dados também. Continuou seu discurso dizendo que as eleições nacionais finalizaram no âmbito do governo federal, uma vontade popular de mudança de rumo que poderá permitir, em potencial, melhores condições para que possamos pautar na sociedade a importância da Universidade Pública. Ainda no aspecto da conjuntura, destacou a importância dos Sindicatos que se mobilizaram durante todo esse período exigindo medidas públicas de contenção da transmissão do vírus, exigindo vacinas em seu momento, distribuindo máscaras à população como forma de reduzir a transmissão, fazendo ações de solidariedade juntos às camadas da população mais afetadas e, mais recentemente, as ações de mobilização em torno do processo eleitoral. O segundo

ponto de fala foi acerca do papel do Sindicato, da SESUNILA enquanto sessão sindical do ANDES, Sindicato Nacional. Falou sobre a importância que se tenha claro que o papel da SESUNILA não é atuar na gestão da Universidade mas sim politizar e organizar a luta em torno na Universidade necessária, remontando os cem anos do grande Darcy Ribeiro, um projeto universitário que contemple a classe trabalhadora em sua diversidade. Ao entender do Sindicato dos docentes, no serviço público, em particular nas Universidades, não poderia existir uma lógica produtivista e exploradora do trabalho, já que a Universidade pública não é empresa e não deve ser entendida como mercadoria. Nesse contexto, o papel do Sindicato continua sendo, em suas palavras, a luta pela defesa dos direitos do corpo docente e por condições dignas de trabalho, incluindo a luta pela democratização nas instâncias universitárias e efetiva participação da comunidade acadêmica nas decisões da Universidade. Explicou que o movimento docente organizado no ANDES- Sindicato Nacional, do qual a SESUNILA é uma seção, tem pautado há anos, o tema do orçamento público. Uma universidade sem recursos, sem estrutura e com menos docentes que seus cursos necessitam é um prato cheio para existência de assédio institucional. É também um lugar que acaba ocorrendo evasões estudantis. Embora a UNILA tenha uma média menor de evasão, é possível perceber na sala de aula e nos dados do PNAES, os cortes. A luta por investimentos na Educação é parte central das nossas ações que vão desde o diálogo com a população, atos de rua, diálogos com parlamentares e parcerias, por exemplo, com a Auditoria Cidadã da dívida. Citou que não compete ao Sindicato atuar na gestão propriamente dita, mas na mobilização e politização de diferentes pautas caras à Universidade e às condições de trabalho. Terceiro ponto: um elemento que sempre segue-se pensando: como será abordada a questão do orçamento: parece fundamental que se possa superar a hegemonia liberal em relação ao funcionamento do Estado e seu orçamento. Em particular à questão do teto de gastos, a ideia de que o Estado está "quebrado". A partir da Emenda Constitucional 95, que instituiu o teto de gastos, áreas estratégicas para melhoria das condições de vida da população, como saúde e educação, passaram a ser entendidas como gastos a serem cortados. Passou-se a divulgar a ideia de que falta dinheiro como se fosse apenas uma questão técnica e que nos cabe agora adequar a gestão aos poucos recursos. Embora, como tudo, o debate sobre o orçamento envolva aspectos técnicos e que existam sempre condições para melhoria da gestão, esse debate, nas palavras do professor, é no fundo uma questão política. Disse que o "orçamento secreto" está de forma grotesca para provar isso. Finalizou dizendo que, em suma, não há condições para que o País se mantenha amarrado à Emenda Constitucional 95. Essa tem que ser uma pauta não somente do Sindicato, mas de toda a Universidade pela sua revogação. Lembrou que, enquanto Sindicato, o papel é pautar a Universidade necessária, não apenas o imediato possível, mas aquilo que é urgente enquanto projeto de Universidade Pública, gratuita, laica e socialmente referenciada. O professor Fernando Correa Prado finalizou seu discurso agradecendo pelo espaço de fala. Em seguida, o Reitor Gleisson Brito passou a palavra ao servidor Diógenes, representante do Sindicato dos técnicos administrativos - SINDITEST, que iniciou sua fala saudando a todas e todos. Cumprimentou as três categorias presentes na audiência, a mesa e seu presidente. Disse que a categoria dos técnicos, no cenário da atual conjuntura, marcou posição dentro do pleito, dentro do cenário nacional para presidente, ou seja, a categoria do SINDITEST em Assembléia Geral, mostrou um posicionamento político. Disse que isso mostra que os técnicos procuram ser propositivos dentro das Instituições e assim querem ser. Querem que a Universidade os perceba como agentes políticos não somente como agentes técnicos e executores. Citou que é uma luta que vem sendo travada constantemente no sentido de provar que é possível pensar politicamente e institucionalmente a Instituição e isso envolve também colocar os técnicos dentro da gestão. Esse é um posicionamento tirado em categoria e é uma construção que se tem. Manifestou preocupação quando o presidente da audiência colocou a palavra-chave de que a Universidade estaria num processo de "insolvência". Questionou qual seria o sentido do termo, uma vez que ele não pode ser entendido como insolvência de serviços, haja vista que os servidores são marcados pela responsabilidade e buscam entregar serviços de qualidade. Essa é a responsabilidade dos técnicos.

Essa é a origem da palavra servidor, servir com qualidade. Manifestou preocupação quando o Reitor fala de insolvência da Universidade ou da Instituição. Pontuou algumas questões que foram levantadas: tentar compreender o quanto a Universidade no processo de gargalo está sendo estrangulada. Pediu ao professor Jamur explicações, uma vez que é possível que se tenha perdido e seria importante ter essa dimensão. Outra questão foi dirigida à professora Kelly. Comentou que está em vias de ser aprovada no CONSUN a Política de Cultura e gostaria de ver nos quadros apresentados pela PROEX onde se encontram os investimentos a serem dedicados à Cultura, caso contrário a política ficaria somente no papel. Pediu que falasse dos impactos e da viabilidade dessa Política. Pediu ao professor Pablo que, posteriormente, esclarecesse o impacto na formação e na qualificação docente nos cursos, tendo em vista a política de inovação de processos pedagógicos. Perguntou qual seria o impacto dessa redução nessas políticas. Reforçou que os técnicos são propositivos e colaborativos, bem como abertos ao diálogo e à conversação democrática e saudável. Finalizou agradecendo o espaço de fala. Na sequência, o Reitor explicou que haveria, ainda, o convite à fala do representante do Diretório Estudantil, a ser realizada pelo discente Roldy Julien, e que, na sequência, seriam iniciados os blocos de debates, podendo-se, nesta etapa, passar aos esclarecimentos requeridos pelo servidor Diógenes. Roldy Julien iniciou sua fala saudando a todos, professores e pessoas da Reitoria e todos estudantes. Relatou que é representante da pasta de Relações Internacionais no DELA. Explicou que a presidenta Giovana não estava bem e, por esse motivo, pediu a ele que fizesse uma fala. Contou que a equipe tomaria posse naquela data e ainda não havia se reunido para debater os dois anos de mandato, no entanto explicou ao senhor Reitor que uma questão que os preocupa é o Restaurante Universitário. Contou que durante a pandemia os estudantes sofreram, pois não são todos que possuem a oportunidade de conhecer outras pessoas que possam ajudar. Disse que, naquele momento, o DELA se tornou importante, chegando a entregar cestas básicas. Comentou que, mesmo após a pandemia, há estudantes que estão passando necessidades. Falou da questão do transporte. Questionou como a UNILA poderia estar mais presente, pois a educação não pode ser restrita ao lembrete de vir às aulas, das 8h às 22h, sem condições de comer e de se deslocar até a Universidade. Disse que quem estuda no PTI sabe que o valor da refeição é alto para os padrões estudantis. É muito caro para um estudante que recebe mais ou menos dez reais por dia com assistência estudantil pagar um almoço de vinte e um reais. Registrou que não somente a falta às aulas leva uma pessoa a desistir, mas também quando não se tem o que comer. Não há como sobreviver. Não há outra opção senão desistir. Se não tem como comer aqui não há como ficar aqui por cinco anos. Se a pessoa tem filhos, no seu entender, é pior ainda, pois a pessoa terá de trabalhar e a Universidade não terá condições para manter os estudantes aqui. Lembrou que iriam tomar posse naquela data, que trabalhariam junto à Reitoria, levariam as demandas dos estudantes e que representariam dignamente aos discentes. Disse que não irão desistir porque os direitos dos estudantes precisam ser preservados. Na sequência, o Reitor agradeceu a fala do representante do DELA e encaminhou aos blocos de inscritos do debate. Explicou que a cada de final de bloco serão feitos os esclarecimentos e, assim, seria feito o debate ao longo das próximas horas. A primeira inscrita do bloco I foi a professora Ana Paula Araújo Fonseca- do Instituto Latino-Americano de Artes, Cultura e História- ILAACH. Iniciou sua fala saudando a todos e todas. Disse que faria seu questionamento e pediu de antemão desculpas porque não estaria presente para acompanhar as respostas uma vez que teria que sair para buscar sua filha na aula. Explicou que as acompanharia na gravação. Se apresentou como conselheira do CONSUN e, portanto, como representante que votaria a proposta orçamentária na próxima sessão do Conselho, a ocorrer na sexta-feira, dia vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e dois. Citou a importância de apontar, juntamente com a Gestão, duas evidências a serem conversadas. Lembrou que o orçamento começou a ser melhor executado na UNILA a partir de dois mil e dezessete quando se teve o primeiro Reitor que é da própria Universidade. Um fato importante a ser destacado: ter pessoas da própria Universidade no gerenciamento do orçamento é um elemento que julga importante destacar na apresentação do professor Jamur. Continuou dizendo que a

segunda evidência que julga relevante opinar é que o que foi entendido pelo professor Jamur como "esforço de gestão" poderia ser entendido, se olhado por outro prisma, lamentavelmente, como um "problema da pandemia" que acabou colocando algumas demandas, contratos, enfim, custos reduzidos à Universidade. Destacou como positiva a fala da PROEX que apresentou que haverá mais recursos externos para Pró-Reitoria de Extensão, uma vez que, juntamente com PROGRAD tem menos recursos que a PRPPG. Citou que, infelizmente, tem-se, na atual conjuntura, zero orçamento próprio da Universidade para assistência estudantil. Registrou que, para além do PNAES, historicamente, sempre foi necessária complementação orçamentária da UNILA para a assistência estudantil. Por outro lado, o valor para bolsas de mestrado e doutorado somam aproximadamente, um milhão e trezentos mil reais. Opinou que seria preciso ter uma melhor dosagem entre uma melhor assistência para graduação, para além do PNAES, porque os estudantes do PNAES são público específico. Quando se tem o orçamento de custeio colocado pela Universidade para além do PNAES é possível fazer outras ações e atender mais pessoas. Pediu para que se comente a diferença de valores que, em sua opinião, seria desbalanceado em relação às unidades finalísticas. Apontou o transporte inter-unidades como questão que precisa ser retomada. Pergunta aos gestores qual a perspectiva de que se melhore a circulação dos estudantes. Afirma que o intercâmbio pode ajudar a "aliviar" o orçamento estudantil. Por último, citou a fala da PRAE que elencou mil e duzentos estudantes ativos e perspectiva de inserção de trezentos novos estudantes. Questionou como isso será feito uma vez que não haverá custeio da universidade para assistência estudantil, além do PNAES. Perguntou, por fim, se o orçamento que está previsto para as unidades foi feito com base no que estava sendo executado anteriormente. Agradeceu e pediu desculpas por extrapolar o tempo de fala. Na sequência, o segundo inscrito do primeiro bloco, professor Fernando Correa Prado, foi chamado. Explicou que sua primeira intervenção no debate havia sido como diretor atual da SESUNILA, uma fala construída coletivamente na diretoria e, naquele segundo momento, contribuiria a partir dos dados e das falas apresentadas. Manifestou preocupação por dois trechos de duas falas distintas que, em sua opinião, foram no sentido de colocar mais um aspecto de técnica e também de adequação frente a uma disputa que seria, também, política. Comentou que, em algum momento, foi colocado "torcemos muito para continuidade do modelo híbrido" na participação das pró-reitorias nos espaços colegiados nacionalmente que debatem questões de orçamento e questões de gestão. Disse que entende que algumas funcionalidades do modelo virtual podem ser úteis, no entanto, há uma série de outras conversas, costuras políticas, que acontecem não somente no ambiente específico, mas também no entorno, e que, só se dá no presencial. Manifestou preocupação com o costume, naturalização e adequação ao modelo híbrido. Pediu que esse fosse um ponto a ser considerado. Outro ponto, mais relacionado à gestão diretamente, em relação à busca de fontes de recursos externos, sobretudo ao que foi apresentado em relação à PROEX. Julgou ser importante uma análise qualitativa em relação a esses recursos: de onde vêm, quem são os financiadores dessas ações. Sugeriu a importância de uma análise qualitativa dessas escolhas, não apenas numérica, frente a quem e qual direcionamento está sendo dado a esses recursos. Opinou que esse seria um ponto central. Finalizou sua fala agradecendo a todos. Na sequência, o terceiro inscrito do primeiro bloco, Lucas Mesquita. Iniciou sua fala saudando a todos e todas. Disse estar presente como coordenador de pós-graduação e como conselheiro do CONSUN para participar da audiência. Manifestou sua preocupação, embora seja louvável a realização de uma audiência pública, o curto prazo de antecedência de sua discussão no CONSUN. Manifestou preocupação sobre qual seria a real capacidade dessa discussão para alterações na peça orçamentária. Disse que acredita que a complexidade da peça orçamentária exija mais do que proposições de emenda ou proposições de uma relatoria simples no Conselho. O segundo ponto abordado foi sobre a política de assistência estudantil aprovada no Conselho, inclusive com recursos voltados para estudantes da pós-graduação. Disse não ver na peça orçamentária recursos da assistência estudantil para pós-graduação. Manifestou sua preocupação já que há situação de pós-graduandos na Universidade que necessitam de apoio para moradia, alimentação, auxílio creche.

Citou que um terceiro ponto que gerava preocupação seria não ter em uma peça orçamentária de uma Universidade, nenhuma menção ou dotação para compra de livros. Embora a compra de livros esteja compreendida em investimentos, questiona qual o recurso que a Universidade determina ou separa no seu orçamento para compra de livros. Perguntou se estaria dentro dos dois milhões de investimentos da Reitoria e dentro desse valor qual seria o orçamento. Dois últimos pontos: já é um diálogo que tem sido feito no ILAESP, inclusive já conversado com o Jamur em outro momento, a determinação dos recursos dos Institutos serem destinados a diárias, passagens e fretamentos. Acredita que na discussão do orçamento e no papel dos Institutos na Universidade, isso reduz muito a atuação dos Institutos como unidades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Questiona como seria possível ampliar a utilização desses recursos. Último questionamento: com a vinda dos estudantes para o bloco de aulas do campus Integração, há uma dificuldade dos estudantes do ILAESP no trânsito, a maioria mora na Região da Vila A, com esse deslocamento. Questionou se haveria uma previsão, especialmente do interunidades, para que esse deslocamento fosse aumentado de modo que os estudantes pudessem se deslocar, pelo menos, PTI e Campus Integração nessa nova organização da Universidade. Agradeceu e parabenizou pela organização da Audiência. Na sequência foi chamado o quarto inscrito do primeiro bloco, professor Felipe Cordeiro. Iniciou sua fala saudando a todos e parabenizando pela realização da Audiência, ainda que concordasse com o colega Lucas sobre sua proximidade com a aprovação no Conselho Universitário. Questionou o porquê do orçamento do IMEA estar alocado dentro do Gabinete da Reitoria. Opinou que o IMEA é um órgão muito importante e precisa ter um orçamento claro, uma independência, uma liberdade. Acerca da proposta de assistência estudantil para a pós-graduação conta que foi uma luta, também, dentro do Conselho Universitário, para que houvesse alguma previsão orçamentária para isso. Avaliou, portanto, que seria preciso tratar a questão com mais cuidado. Questionou, dialogando com a fala do estudante, quais seriam as prioridades em termos de investimentos nos próximos tempos. Questionou o que estaria na fila. Disse saber da entrega do segundo bloco de aulas, que julga muito importante. Perguntou, a partir de então, o que se teria. Seria um restaurante universitário, outro bloco de aulas, compra de livros ou compra de equipamentos para laboratórios e quais seriam. Que programas estariam na fila para serem contemplados pelo orçamento, especialmente aquele que vem sendo distribuído ao final do exercício orçamentário. Pergunta ao Reitor, tendo em vista seu contato na ANDIFES, se haveria previsão por parte da equipe de transição do governo a possibilidade de revisão dos orçamentos da Universidades. Em havendo como seria feita a revisão do orçamento da UNILA. Perguntou se haveria debates nesse sentido naquele espaço e quando seria informado se haveria possibilidade ou não de uma revisão orçamentária. Se haveria uma nova reunião do CONSUN para redefinir o orçamento fazendo realocação dos recursos ou seria todo ele destinado para investimentos. Comentou que em anos anteriores houve revisão no orçamento por conta de créditos extraordinários. Para o próximo ano deve-se esperar que, se a peça orçamentária não for alterada agora, haverá créditos orçamentários no meio do ano. Pontuou que aquela seria a expectativa dos eleitores desse novo governo que está para assumir. Agradeceu a todos. Em seguida, finalizadas as inscrições do primeiro bloco de perguntas, o Reitor tomou a palavra. Agradeceu aos questionamentos e explicou que a ideia seria que os blocos de perguntas fossem de cinco inscritos cada, e no intervalo de cada bloco, a mesa esclarecesse as dúvidas que fossem trazidas. Explicou que daria início pontuando alguns tópicos de caráter mais genérico e, na sequência, passaria aos colegas para responder de maneira mais pontual. Iniciou respondendo ao questionamento do professor Felipe, a respeito da relação com a equipe de transição. Disse que existe um governo nesse momento, tanto executivo quanto legislativo. Ao que tudo indica é este governo que vai votar o orçamento do Brasil para o próximo ano. A previsão é dia dezesseis de dezembro. Se a votação não acontecesse, aí sim, seria possível ter um novo cenário. Lembrou que haveria mudanças no executivo e no legislativo. E que as conversas poderiam seguir, a partir das mudanças, em diferentes frentes. Em termos de articulação explicou que a ANDIFES realizou reuniões com o relator do orçamento buscando articulação para fazer recomposição e, naquele

momento, encontrava-se em questionamento com o parlamento e o relator do orçamento, mas não havia, até aquele momento, clareza de que poderia haver mudança nos valores do orçamento macro. Em havendo, irá para a Pró-Reitoria de Planejamento que irá reestruturar e naquilo que fosse, no momento apropriado de créditos adicionais, seguiria ao Conselho Universitário para deliberação de sua alocação nas diferentes áreas da Universidade. Disse que seria importante registrar em linhas mais macro que a Universidade, conforme avança em termos de infraestrutura, ela também muda o que isso significa em termos de alocação de recursos. Explicou que com a inauguração de um Alojamento Estudantil, fala-se de um recurso do orçamento próprio da Universidade que vai ficar, para sempre, sendo alocado como um *plus* à assistência estudantil do PNAES e, portanto, não há de se falar que não há recurso próprio da UNILA alocado na assistência estudantil. Complementou que, desde o final de dois mil e vinte e um, o alojamento estava funcionando, e toda rubrica relacionada ao auxílio moradia dos estudantes que estão alojados passou a compor um *plus* no orçamento da PRAE que passou a atender mais estudantes. Da última vez que foi necessário aporte aos auxílios, ele foi feito e alcançou um milhão e quinhentos mil reais. Lembrou que há uma reserva técnica de recursos e o compromisso da gestão é garantir que nunca falte orçamento para o atendimento da assistência estudantil. Quando necessário será feito o deslocamento do recurso porque as prioridades orçamentárias são ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil. Na sequência, pediu que, após a fala da mesa, o Secretário de Implantação do Campus, Aref Kzam, se manifestasse em termos de infraestrutura, o que se teria em termos de "próximos passos" e também o Wagner, Pró-Reitor de de Administração, Gestão e Infraestrutura, em termos de transporte. Na sequência, o Reitor passou a palavra à professora Kelly Sossmeier, Pró-Reitora de Extensão iniciou sua fala esclarecendo o questionamento do servidor Diógenes, representante do SINDITEST. A Professora Kelly explicou que todo orçamento executado na PROEX é amparado nas normativas. Grande parte do recurso é destinado por meio do PROBEX- Programa Institucional de Bolsa Extensão ou PROFAEX- Programa Institucional de Fomento Único de Ações de Extensão. As ações de cultura na forma como estão estruturadas hoje, entram junto no fomento da extensão. A Cultura é, hoje, uma das áreas temáticas da extensão. A PROEX chamou para si a responsabilidade de tentar realizar o Festival de Culturas na Universidade que, em edições anteriores, fora organizado por pessoas específicas: docentes e pela servidora Michele Dacas que já não está mais na UNILA. O intuito é mobilizar a comunidade acadêmica em torno do festival de culturas. Disse que guardou na previsão orçamentária para dois mil e vinte e dois recursos para isso. A primeira edição será dia nove de dezembro e também já está na previsão que será avaliada pelo CONSUN. Aliás, lembra que a normativa, a institucionalização do Festival de culturas já foi aprovada pelo CONSUN. Quando da aprovação da Política de Cultura será necessária a aprovação de um regimento de suas ações e, também, de programas que amparem a alocação de recursos, auxílios, bolsas. Explicou que, até lá, não há previsão legal para dotações destinadas à cultura apartadas do orçamento da extensão. Quando os programas existirem, certamente, recursos serão destinados a eles. Em resposta à pergunta do professor Fernando Correa Prado, representante da SESUNILA, sobre fomento externo, a professora Kelly esclareceu que obtiveram, exclusivamente, auxílio com a SETI - Superintendência de Ensino, Tecnologia e Inovação do Estado do Paraná e, também, com a Fundação Araucária. Explicou que a PROEX tem atuando junto ao Fórum de Pró-Reitores para que, no próximo ano, felizmente, aconteça fomento federal, exclusivo para extensão. Trata-se de uma conquista do Fórum, pois há muito isso não ocorria. Citou que tem sido uma das pautas do Fórum para que se consiga, também, recursos externos. Em relação à Cultura, provavelmente seria necessário aprender a buscar recursos nos Editais de Fomento à Cultura. Até aquele momento não se tinha dedicado a isso, até porque não existe normativa para sua execução. Disse que, em geral, o fomento buscado externamente pela Unila é exclusivamente público. Na sequência, o professor Pablo Henrique Nunes, Pró-Reitor de Graduação, respondeu à provocação do servidor Diógenes. Explicou que não foi nenhum lapso cognitivo, explicou que apresentou os dados nos *slides* e como tinha-se pouco tempo, deixou que as perguntas viessem para serem discutidas à medida que

aparecessem. Disse que, certamente, a redução no recurso federal disponibilizado à Unila tem um impacto negativo na formação dos estudantes, principalmente no momento em que se tem dedicado bastante a aumentar o apoio pedagógico que a PROGRAD fornece aos cursos com a implementação do regime de acompanhamento de desempenho acadêmico. Explicou que estão trabalhando na minuta de novos programas, como por exemplo, a implementação de novos programas de ensino, e, tudo isso, demanda recurso. Explicou que se não há recurso, inevitavelmente, existe um prejuízo na formação dos estudantes e a mesma coisa vale para a dificuldade de apoiar melhor o próprio Programa de Apoio à Vivência de Componentes Curriculares-PVCC que é esse recurso destinado às viagens que de fato enriquecem e complementam a formação dos estudantes. Frisou que, no entanto, em havendo novos recursos destinados à Universidade pretende-se avançar nos investimentos relativos ao ensino de graduação. Acerca do comentário do professor Fernando em relação à participação nas reuniões do Fórum de Pró-Reitores de Graduação e outras reuniões colegiadas nacionais, concordou com o professor que, de fato, a presencialidade é fundamental e que, inclusive, estaria conversando sobre isso com o professor Márcio antes do início da audiência: justamente da tristeza de não poder estar presente em todas essas reuniões. Explicou que quando disse que seria melhor que elas continuassem de forma híbrida, foi no sentido de ser melhor participar de forma híbrida do que não participar de forma alguma, porque, de fato, a situação orçamentária das universidades federais é, atualmente, bastante difícil. Concordou plenamente com o professor Fernando: estando presente fisicamente várias coisas são costuradas fora do momentos formais dessas reuniões e que são importantes. Na sequência, o Reitor retomou a palavra. Acrescentou que existe uma situação de "cobertor curto". Do ponto de vista da gestão, se fosse preciso escolher entre verbas para aplicação em bolsas ou viagens de dirigentes, certamente, a escolha incidiria na não realização de viagens, essa seria a política, a forma de atuação. Ressaltou que, sendo possível, a participação presencial é evidentemente mais produtiva e, havendo recursos, será realizada. Na sequência, passou a palavra ao professor Jamur, Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças. Ele iniciou respondendo à pergunta do servidor Diógenes. Disse que fez uma conta rápida, de dois mil e dezenove para dois mil e vinte e três houve uma redução de trinta por cento em fomento e manutenção da Universidade, sem considerar inflação. Se fosse considerada a inflação, a redução seria maior. Em relação ao comentário da professora Ana Paula Araújo Fonseca sobre o "esforço de gestão" disse que a compreende e, talvez, tenha se expressado mal. Explicou que colocou o "esforço de gestão" sobre o ano de dois mil e vinte e um, que foi aportado um milhão e quinhentos mil reais do custeio para o PNAES. Com relação a analisar recursos dos anos anteriores para planejar o futuro, afirmou que foi feito, mas não apenas isso. Que isso é apenas parte do trabalho de construção da peça orçamentária. Foi feito muito mais em cima das demandas e das adequações que cada macrounidade possui para alocação do orçamento. Isso estaria na peça orçamentária. Em resposta ao questionamento do professor Lucas sobre o orçamento dos Institutos, explicou que é referente os Institutos possuem ações ligadas à ação 20GK, destinada ao fomento para ação de ensino, pesquisa e extensão. Ela é ampla. Registrou, inclusive, que alguns Institutos já usam seus recursos para custear para além de diárias, passagens e fretamento. Pode ser utilizado para outras demandas. Exemplificou que o Instituto Latino-Americano de Ciências da Vida e da Natureza - ILACVN incluiu *softwares* de pesquisa, insumos para laboratório de pesquisa, e por aí vai em seu orçamento. Há essa amplitude. O orçamento está disponível, e se há uma demanda do Instituto, o Instituto vai demandar do setor de compras para adquirir ou contratar um serviço e vai usar o seu orçamento para essa finalidade, dentro do que a 20 GK. Volta a dizer que a rubrica permite é uma ação bem ampla destinada a ensino, pesquisa e extensão. Em resposta ao questionamento do professor Felipe, explicou que o IMEA está lotado dentro do Gabinete por uma questão formal da estrutura da Universidade. É uma estrutura suplementar, como alguns outros órgãos, e está ligado diretamente à Reitoria e é por esse motivo que está ali. É uma questão mais formal, não afeta a autonomia. O órgão poderá dispor de seu orçamento livremente para suas ações. Com relação, também, aos investimentos, sendo bem pontual, a Universidade está com

processo de licitação do bloco II. Boa parte do orçamento de investimento deste ano será empenhada no bloco II que está custando 8 milhões e quinhentos mil reais. Ano que vem tem-se um milhão e quinhentos mil reais de investimento. Com a construção desse bloco II, que é uma construção aprovada no CONSUN, será consumido todo recurso de investimento deste ano e do ano que vem. Eventualmente, no final do ano se há uma licitação, uma frustração, por exemplo, se a licitação do bloco frustrasse, aí haveria outras prioridades, principalmente dentro da área de equipamentos de laboratório. Existem listas, prioridades, mas isso é muito dinâmico. Disse que não seria sua área específica, mas esclareceu que dentro da coordenadoria de compras o processo é muito dinâmico. Muitas vezes uma licitação frustra ou ela não frustra, mas no momento de empenhar surge algum problema, é preciso que muitos outros processos estejam alinhados para conseguir garantir a execução do orçamento. É um processo dinâmico que tem sido aprimorado nos últimos anos e tem-se conseguido empenhar sempre praticamente cem por cento dos recursos. Para fechar, em investimento, com o sucesso do bloco II, serão 8 milhões e quinhentos mil reais. Destacou que conseguiram um Termo de Execução Descentralizada- TED no valor de três milhões com o MEC esse ano para somar com o orçamento e ainda não seria suficiente. Então, um milhão e quinhentos mil reais do orçamento do próximo ano já está comprometido para execução dessa obra. Na sequência, a palavra foi passada ao professor Marcio de Souza Goes, Pró-reitor Adjunto de Pesquisa e Pós-graduação. Iniciou respondendo ao professor Fernando sobre o questionamento acerca dos recursos externos. Explicou que, no âmbito da PRPPG, noventa e nove por cento dos recursos são oriundos da Fundação Araucária e aí tem-se dois cenários: um que são os recursos externos provenientes de demandas institucionais e também os recursos dos colegas, pesquisadores e pesquisadoras que fazem sua solicitação de maneira individualizada. Evidentemente esses recursos que vem da Fundação Araucária tem seus desafios de execução porque o recurso entra no orçamento da UNILA e tem-se os desafios na questão do teto de gastos. Todo ano é um desafio fazer com que esse recurso seja executado de maneira efetiva. Gera-se até certas frustrações de alguns colegas, porque muitas vezes o recurso não está liberado para ser utilizado, ainda que esteja na Universidade. Esse é um detalhe. Tem-se praticamente todo o orçamento externo, sem contar bolsas no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPQ, somente recursos específicos. Sobre o questionamento da professora Ana Paula em relação às bolsas, a Pró-Reitoria entende que são fatores importantes. Hoje, quase oitenta por cento do recurso da Pró-Reitoria para o cenário de dois mil e vinte e três é para bolsas de mestrado, doutorado e iniciação científica. Isso é um fator importante para a manutenção do estudante na Instituição, seja no âmbito da graduação quanto da Pós graduação. Contou que quando a professora Danúbia e ele entraram na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós graduação no ano de dois mil e dezenove, fizeram um levantamento de quais eram as Instituições que fomentavam pós-graduação. Pouquíssimas Universidades no país que fomentavam bolsas com recursos próprios. Hoje esse cenário seria um pouco diferente porque não havia ampliação do orçamento e, conseqüentemente, do número de bolsas oriundas da CAPES, via de regra. Então as instituições também estão buscando formas para que os estudantes se mantenham na Instituição, no âmbito da pós-graduação e também da iniciação científica do ponto de vista da ampliação. Sobre o questionamento do professor Lucas Mesquita acerca da assistência estudantil na pós-graduação, esclareceu que a professora Danúbia e a professora Jorgelina estão conversando sobre essas questões, sobre como fazer com a questão da assistência estudantil no âmbito da pós-graduação. Explicou que requer um estudo de cenário, de qual será realmente a demanda de estudantes que vão requerer a assistência estudantil. Isso, para uma questão orçamentária para o ano de dois mil e vinte e três, haverá uma necessidade de ajustes para poder contemplar alunos de pós-graduação. A leitura que se tem é que a demanda é muito maior no âmbito da graduação do que da pós-graduação, ao menos em primeira análise. Em seguida, a palavra foi passada ao servidor Ivonei Gomes da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis- PRAE. Iniciou sua fala saudando a todos, reforçando a importância daquela atividade. Opinou que a Universidade pode proporcionar ao estudante e à sua própria comunidade

interna muito mais do que aquilo que é a atividade fim: ensino, pesquisa e extensão. Quando se fala em audiência pública para discutir orçamento, é uma coisa que perpassa pela vida de todos, em vários momentos, senão em todos. Disse que, de certa forma, os cidadãos sempre se deparam com a questão do orçamento, seja na Universidade, no município, no estado, na comunidade em que vive e está inserido. Explicou que a PRAE conseguiu fazer esse ano uma discussão sobre o orçamento, chamada de orçamento participativo: uma primeira ideia, que corrobora para transparência em relação ao uso da assistência e contempla aquilo que de fato o usuário entende que o orçamento deve ser usado. Em relação às questões apresentadas quanto à assistência estudantil pela professora Ana Paula, de como seriam incluídos trezentos estudantes no próximo ano, explicou que a PRAE tem por obrigação fazer uma previsão de como será usado o orçamento do ano seguinte, isso começa por agosto quando se começa a receber os primeiros exemplos do que pode ser o orçamento do ano seguinte. Faz-se o levantamento de acordo com o número de estudantes que se tem e de acordo com os programas que se tem, para incluir novos estudantes no ano seguinte. Para essa previsão de dois mil e vinte e três, já tinha-se um planejamento para incluir esses estudantes. Estão dentro de um plano de serem incluídos no orçamento de dois mil e vinte e três que já contempla esse número. Citou que é importante frisar que os estudantes de dois mil e vinte e três não iniciarão logo no início do ano letivo. Ainda há ajustes no calendário acadêmico. Citou que, talvez, o Pró-reitor da PROGRAD pudesse falar um pouco melhor sobre isso. Explicou que como os estudantes entrarão no decorrer do ano, não seria necessário empenhar um orçamento do ano inteiro para esse estudante, mas sim pela previsão de apenas seis meses. Frisou, também, a importância de lembrar que uma parte dos estudantes entra no alojamento estudantil e isso tem impacto no auxílio moradia, inicialmente, porque isso já vem do custeio e sabe-se que o alojamento já tem um orçamento previsto, o professor Aref irá comentar um pouco sobre isso, então o estudante já está incluído nesse sentido. Citou que a PRAE sempre procurou manter um diálogo a respeito da necessidade de manter um orçamento para atender aos estudantes, seja para manutenção dos estudantes que já estão ou seja para a inclusão de novos estudantes. Sempre procurou-se estabelecer um diálogo amistoso com a alta gestão para conseguir, na medida do possível, incorporar novos estudantes. Comentou que na última semana fechou o Edital de número trinta e seis da PRAE, destinado à inclusão de novos estudantes. Infelizmente não foi possível atingir o número total de vagas disponibilizadas. Mas a Universidade as ofertou. Disse que aquilo precisaria ficar claro. Disse que estão atendendo a todos os estudantes que atendem aos critérios dos editais e é necessário seguir esse regramento. Quanto à questão da assistência estudantil para a pós-graduação, disse que a PRAE vai trabalhar na parte do auxílio dessa questão da assistência estudantil para a pós-graduação, uma vez que o recurso originário do PNAES, a princípio só pode ser destinado para estudantes da graduação. A pretensão é que se consiga caminhar constantemente para um acréscimo nesse valor, para que se consiga pensar conjuntamente com a comunidade acadêmica, ações que visem atender às necessidades dos estudantes. Embora tenhamos conseguido fazer um aumento, que transformado em percentual, é significativo: passou de trezentos para trezentos e cinquenta reais o auxílio alimentação e o auxílio moradia. De duzentos e cinquenta para trezentos o auxílio creche, disse entender que não é um valor suficiente para atender a integralidade das necessidades dos estudantes em uma cidade como Foz do Iguaçu, que é turística e com custo de vida considerável, mas sempre tentando chegar mais perto do que seria um valor ideal, lembrando que se está falando em assistência e, por mais que se entenda que muitos estudantes atendem integralmente suas necessidades com esses valores, ela ajuda a somar com alguma coisa que já se tem. Disse que é preciso trabalhar com um pouco de sinceridade em relação ao conceito de assistência estudantil que temos. Finalizou sua fala agradecendo a todos. Na sequência o Reitor Gleisson Brito pediu ao Secretário de Implantação do Campus, Arek Kzam para complementar a fala do Pró-Reitor de Administração, Gestão e Infraestrutura no que se refere à infraestrutura e Vagner Miyamura, a respeito da questão do intercampi. Destacou que o intercampi sempre se manteve. A PROAGI faz o acompanhamento contínuo da demanda, ajusta, recebe

demanda de outros estudantes, faz reajuste. É importante frisar que o intercâmbio é transporte entre unidades da Universidade. Explicou à professora Ana Paula que havia trazido uma fala de destaque na questão do "esforço de gestão", dita pelo professor Jamur. Disse que a expressão diz respeito a como a Universidade consegue ajustar o orçamento para fazer acontecer. Não por uma alteração na posição do poder executivo em relação à UNILA. É uma dependência da autonomia da Universidade, um esforço da gestão da Universidade para fazer avançar ainda que, apesar dos esforços, não se tenha aumentos de recursos disponibilizados à Instituição. Disse que a questão dos recursos externos é um ponto bastante crucial, o professor Fernando Correa Prado trouxe a questão da qualidade desse recurso, e isso é fundamental, e a comunidade capta recursos, os pesquisadores captam recursos em montantes que, em todos os anos, ultrapassam aquilo que está previsto na rubrica de convênios. Quando a gestão assumiu em dois mil e dezenove, tinha-se mais de seiscentos mil reais em captação e na rubrica se previa o limite de cento e oitenta mil. Aquilo significa que a UNILA só poderia gastar cento e oitenta mil. Se o pesquisador tivesse captado duzentos mil reais ele não teria como usar por causa do teto de gastos. Se alguma Universidade quisesse usar, poderia, mas teria que deixar de usar duzentos mil em outra rubrica. Registrou que foi feito um trabalho intenso junto da Secretaria de Planejamento Orçamentário do Ministério da Educação. Foi possível flexibilizar a posição deles porque a UNILA não consegue, no período em que tem que entregar a previsão de captação de convênios, apresentar todos os documentos prontos porque os pesquisadores estão trabalhando, estão construindo e chegam com a finalização do processo de convênio depois que o período já passou. Aí o orçamento já está definido. Por isso se trabalha com as Fundações de Apoio. Hoje há seis Fundações. É importante que a comunidade use essa ferramenta porque isso permite a execução orçamentária. Em relação à compra de livros, antes de passar para o Secretário de Implantação do Campus- Aref Kzam, disse que o último investimento, muito robusto no valor quinhentos e noventa mil reais em termos de livros e duzentos e oitenta mil reais em termos das plataformas de livros *on-line*. Esse é um recurso que está no valor de investimentos. Todos os anos, conforme a biblioteca levanta a demanda, isso é trazido para a Administração e faz-se a execução conforme a disponibilidade orçamentária, cruzando evidentemente com a demanda. Os livros são parte do ensino e, portanto, prioridade. Em seguida o Reitor passou a palavra ao Secretário de Implantação do Campus, Aref Kzam. Iniciou sua fala agradecendo pelo uso da palavra e saudando a todos. Citou ser do conhecimento de todos que se vive uma grande sensibilidade depois da paralisação da obra do Campus de Niemeyer. Citou que se vem buscando alternativas para poder reduzir o custeio com aluguel, já que a paralisação da obra levou a isso. Depois de treze anos, a UNILA tem a perspectiva, pela primeira vez, de poder sair de parte dos prédios alugados porque avançou em construções próprias. Citou que estão trabalhando junto com o Programa de Gestão por Desempenho-PGD, assim como com a mobilização do primeiro bloco de aulas, e, num cenário mais conservador, pretende-se, pelo menos, entregar metade do prédio da VILA "A". Disse que acredita que com um planejamento um pouco mais detalhado, seja possível entregar a VILA "A" inteira, conseguindo livrar a Universidade da despesa de um milhão e quinhentos mil reais de aluguel. Em relação à segunda pergunta, sobre o planejamento de infraestrutura, citou que um ponto importante de ser destacado, é que, sempre em todas as tratativas que foram usadas para resolver o problema da obra parada, assim como da implementação de novas edificações na Universidade, foi preciso trabalhar em parcerias com outros agentes, outros atores do cenário. Pensando nisso, a Secretaria de Implantação do Campus, está trabalhando com a possibilidade de, no Campus Integração, ser completamente independente da participação desses atores, de modo que a própria gestão da Universidade possa trabalhar com a implementação de novas edificações na unidade do Campus Integração. Foi pensado, à priori, o primeiro bloco de aulas que está pronto. Sobre o segundo bloco de aulas, a licitação já ocorreu e teve sucesso. Disse que na próxima semana iria se reunir com o gestor da empresa, da construtora e, no início de dezembro, será emitida a ordem de serviço para início das obras do Segundo Bloco de Aulas. Disse que seria importante destacar a fala do professor Jamur, acerca do recorde em

Termos de Execução Descentralizada-TED. Comentou que esse ano fora obtido um valor de três milhões de reais para fazer o reforço do empenho para execução do segundo bloco de aulas e não somente no bloco de aulas. Citou que vêm conseguindo o TED ano a ano, Foi conseguido TED para execução daquele prédio do Alojamento Estudantil, para o primeiro bloco de Aulas, e assim sucessivamente, e agora para o reforço de empenho para o próximo bloco de aulas. No planejamento, realizado pela equipe da SECIC, trabalha-se com o projeto da terceira edificação que seria um bloco de aulas práticas que poderia atender perfeitamente às atividades do ILAACH. Está sendo trabalhado com o bloco de aulas I, II e III. Seria possível mobilizar os dois Institutos ILAESP E ILAACH para atuar de forma adequada com todas as suas demandas atendidas dentro do Campus Integração. No bloco de aulas III, por conta de um aspecto técnico do terreno, está-se fazendo um projeto que possibilite a prestação de um serviço de lanchonete ampliado. Neste bloco está previsto uma lanchonete com mais de cento e vinte e cinco lugares para as pessoas poderem fazer suas refeições. Não é um Restaurante Universitário- R.U. mas possibilitará às pessoas fazerem suas refeições de maneira adequada. Dentro desse planejamento também, em uma segunda etapa, está se projetando o Restaurante Universitário, assim como um projeto de uma edificação específica para os gabinetes docentes e dos Institutos que ficarão abrigados no Campus Integração, assim como a Biblioteca Setorial para esses Institutos poderem funcionar de maneira adequada. Está se prevendo uma biblioteca para ILAACH e ILAESP, assim como um prédio específico para poder atender à demanda do curso de música de maneira adequada. Nesse sentido está-se trabalhando para que o Campus Integração esteja apto para abrigar as Artes e as Humanidades da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Disse que essa seria uma perspectiva concreta em termos de infraestrutura para esse Campus. Com relação à obra Niemeyer e o outro terreno da SPU-Secretaria do Patrimônio da União, será necessário aguardar a movimentação de todo cenário político que está acontecendo atualmente para que seja dado o próximo passo. Reforçou que os passos do Campus Integração não dependem dessas movimentações. Finalizou sua fala colocando-se à disposição para outras informações. O Reitor agradeceu a fala do professor Aref e complementou que são muitas frentes que a gestão tem buscado fazer para tentar avançar na questão de infraestrutura. Todas essas frentes sempre incluem o Restaurante Universitário, uma temática que veio. Informou que foi iniciado um projeto de parceria- PPI junto ao Ministério da Economia e sua equipe técnica disse que esse teria sido um dos melhores projetos que eles já tinham recebido. Citou que ouviu, à época, diretamente do secretário executivo do MEC, que não se queria que a UNILA crescesse. Esse projeto foi parado e engavetado, embora a Unila tenha insistido no assunto. Caminhou-se, ainda, com o convênio tripartite UNILA, Itaipu Binacional e Estado do Paraná. Aprovou-se no Conselho Universitário esse convênio, também com o Restaurante Universitário. A gestão de Itaipu mudou e disse que não se enquadraria mais em suas diretrizes e o convênio foi cessado. Ressaltou como importante a questão trazida pelo professor Aref de buscar ações para que tenha a maior autonomia possível. Para que a UNILA dependa só da UNILA e possa avançar sem precisar depender das outras estruturas. É um cenário que se espera que seja mais apaziguador a partir da virada do ano, mas foram enfrentadas dificuldades ímpares, não somente orçamentárias mas também nessa dinâmica do poder executivo e também do poder legislativo. Citou que recebeu alguns Ofícios de deputados federais contendo ameaças pessoais a processos caso não retirasse a decisão de implementar passaporte sanitário na Universidade. Disse que esse enfrentamento faz parte dessa dinâmica, mas citou ser importante deixar registrado que se tem trabalhado com a pauta de defender a Universidade. Disse que a pauta é responder sempre a demanda da Comunidade. Na sequência, o Reitor pediu ao servidor Vagner Miyamura para falar sobre a questão do transporte e das relações da UNILA com o poder público municipal, nessa linha. Iniciou sua fala saudando a todos e apresentando sua lotação na Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura- PROAGI. Explicou que, em relação ao intercâmbio, especificamente, é uma história que sempre retorna: o pedido de trazer de volta as rotas. Em relação ao citado pela professora Ana Paula, do aumento da rota, explicou que, à época, estava junto na gestão e

implementou a rota e que, infelizmente, estava também na gestão quando foi preciso retirar, em razão de duas denúncias anônimas. Até hoje, acredita-se que alguém de dentro da Universidade tenha feito a denúncia anônima acusando a gestão. Foi preciso ir ao Ministério Público e à Corregedoria do MEC. A denúncia foi no sentido de que a UNILA estaria utilizando o transporte intercampi, que é o transporte entre os campi, para praticar o transporte público a partir do momento em que o aluno utilizava o intercampi para sair de casa e ir até a Universidade e depois voltar da Universidade para casa. O processo ainda corre, não houve informação em que ponto se encontra, mas concorda que o intercampi sempre tem que ser repensado, analisado. Inclusive, de tempos em tempos, todo semestre, é preciso juntar novamente as demandas dos alunos, mapear tudo novamente para avaliar de que forma atenderá melhor dentro das condições em que a UNILA se encontra, mesmo porque todo semestre muda. A composição dos alunos do alojamento estudantil, não sabemos se vai ter mais alunos que irão ao J.U., para o PTI ou aqui próximo na música, no prédio da Tancredo, o Almada. Não há escolha, a natureza do intercampi é estar sempre sendo adaptado a partir da identificação da demanda. Disse que sentiu falta de um debate maior, como bem dito pelo colega da SESUNILA, sobre a dificuldade de fazer gestão no contexto dos últimos quatro anos vividos, com os cortes e contingenciamentos. Comentou que quando vinha a informação de Brasília, acerca da porcentagem que ficaria contingenciada e não era sabido quando seria liberada, era uma "loucura" conseguir fazer o planejamento porque não havia uma estimativa exata e não se sabia como faria para informar ao Jamur quanto conseguiria devolver de recurso de custeio para transferir para investimento e, portanto, não se sabia a que valores iria licitar a obra, se iria, ou não, ter dinheiro. Disse que o exercício de planejar e executar isso internamente é imenso. É necessário se antecipar por conta da burocracia administrativa do aparato público mesmo. Toda vez que se vai reduzir um contrato, aditivar um contrato ou mudar, tem todo um rito administrativo. Disse não saber em detalhes as questões dos colegas das outras Pró-Reitorias, mas o que o Jamur falou de esforço, na PROAGI o esforço é brutal. Na pandemia, inclusive, além do cenário de cortes que era preciso ficar se adaptando, ainda se teve a incerteza de quando acabaria, e quais seriam, as dimensões de tudo isso. Foi necessária a adaptação de muitos serviços. Ao mesmo tempo que era preciso ver a necessidade para o contrato de luz, aluguel, limpeza e seus ajustes, porque mudou a configuração, ainda assim os serviços novos que surgiram para a Universidade: várias ações para fazer frente à pandemia. Citou exemplos: preparar a logística para a produção de máscara "3D", receber da Receita Federal bebidas alcólicas para transformar em álcool setenta e depois entregá-los, além de toda a logística da barreira sanitária dos alunos de medicina, dos teleatendimentos dos alunos nos hospitais, a logística de capacitar professores e técnicos para fazer os testes que foram feitos em tempo recorde, levar o laboratório de ciências médicas - RTPCR pra colocar pra funcionar no Hospital Municipal. Foram muitas frentes de trabalho que demandaram um esforço imenso da equipe para se adaptar a tudo isso, àquelas inovações forçadas que foram necessárias, como, também, para adaptar as questões de contrato. Por quanto tempo? É suspensão? É um cancelamento? É redução? O esforço da equipe técnica como um todo, não só a gestão. Principalmente a equipe técnica, a qual fez questão de parabenizar. Registrou sua admiração pelos colegas técnicos que fizeram um trabalho espetacular mas, também, muito doloroso durante a pandemia. Com relação ao intercampi, ainda, não só o intercampi mas todo o custeio discricionário administrado pela PROAGI, está num cenário que continua sendo de cortes e ao mesmo tempo de expansão, já que temos os custeios também do alojamento e de projeção de mais um aumento que é, também, dos blocos de aula. Isso impacta, só para se ter uma ideia, quanto será reduzido de aluguel, de fato, quais são os fatores de multiplicação de espaços que serão necessários, porque a gente desocupa uma sala de aula lá, mas lá vai ter que ter corredor também, banheiros também, espaços de convivência também. E são todos metros quadrados pagos isso, com acréscimo de luz, água, limpeza, vigilância e também o intercampi por onde terá que passar, qual frequência que isso vai acontecer. Então esses custos precisam ser revisados sempre. Dentro disso, uma informação importante que não foi trazida para não dramatizar demais, mas que é uma informação

interessante, é que a PROAGI, hoje, com essa composição orçamentária, não está fechando o custeio do ano que vem. Está faltando algo entre um milhão e quinhentos mil a dois milhões de reais porque a diretriz seria priorizar a assistência estudantil e as atividades acadêmicas. Diante do cenário possível do teletrabalho por meio do PGD, como o Aref falou, existe a possibilidade de desmobilizar cerca de um milhão e meio de reais em aluguéis, se for possível desocupar toda a Vila "A", e mais todos os outros custos agregados: vigia, limpeza de metro quadrado e uma série de outros custos: energia elétrica, água, condomínio. Essas desmobilizações podem ajudar na solução de custos. Hoje estamos nesse cenário em que temos essas opções de desmobilizar outros custos, para poder cobrir esses custos que estão faltando da PROAGI, crédito suplementar e aí por dos fóruns de planejamento e administração, nas quais os pró-reitores se reúnem para tirar moções, enviar para a ANDIFES, tecnicamente entender o porquê de estar faltando o dinheiro, o porquê da necessidade de mais recursos. Uma briga intensa em Brasília para daí ver o quanto será necessário retirar da reserva técnica. Queremos ser otimistas para o futuro mas no fundo não temos outra escolha a não ser se preparar para o pior trabalhando pelo melhor. Finalizou sua fala agradecendo a todos. Na sequência, o Reitor Gleisson Brito tomou a palavra e trouxe uma questão que havia sido trazida pelo servidor Diógenes acerca da insolvência, situação tal que se tem um conjunto de compromissos financeiros mas o valor orçamentário é menor. Disse que está sendo contado com essas mudanças de trânsito para os prédios próprios e deliberação dos prédios alugados. Na sequência, passou-se para o Bloco II de perguntas, sendo o primeiro inscrito o professor Felipe Cordeiro do ILAESP novamente. Saudou a todos e disse serem importantes alguns comentários acerca das escolhas que estavam sendo feitas naquele orçamento. Citou que no dia primeiro de julho o Conselho Universitário aprovou uma norma que disse que deveria haver previsão de assistência estudantil para pós-graduação. Disse que não foi construída uma política de lá para cá e não estaria previsto isso no orçamento. Afirmou que não adiantaria propor uma emenda no processo do orçamento porque não há política. É uma verba que não teria execução porque não foi feito o trabalho e isso não seria por falta de competência, muito pelo contrário. Citou que há equipes técnicas muito competentes. Julgou ser uma escolha política. Disse que é sabido que há uma situação de insegurança alimentar na Universidade. Não há previsão de que se tenha na Universidade um Restaurante Universitário, logo tem-se, ainda, uma situação de insegurança alimentar e não há política no sentido de resolver o problema. Segundo ele, todos recebem auxílio, mas não é suficiente. Diz que não há uma solução e resposta para essas questões que não estão no orçamento nem em políticas construídas. Sobre o intercampi, disse que haveria uma clareza e constante apontamento por parte dos estudantes que o intercampi como é, atualmente, não seria suficiente. Com a vinda do ILAESP para o campus Integração, continuaria sendo insuficiente. Disse que já foi parte da gestão da Universidade e sabe que boa parte do trabalho é responder TCU, CGU e MP. Disse que entendia as prioridades e várias questões. Que é um trabalho de enxugamento de gastos muito bem feito, o qual ele apóia e reconhece ter sido um trabalho muito importante. Segundo ele, tem-se uma política clara de não ter auxílio estudantil para pós-graduação num momento de grande precarização e grande evasão também na pós-graduação. Tem-se a escolha política de não ter a ampliação do intercampi e tem-se a escolha política do R.U. não estar no horizonte e ao mesmo tempo que ele não está no horizonte não há uma política de segurança alimentar que o substitua. Considerou serem situações graves que precisariam ser debatidas com mais clareza nos próximos tempos. Finalizou sua fala agradecendo. Na sequência, o segundo inscrito do Bloco II de perguntas, professor Lucas Mesquita, fez seu questionamento. Iniciou sua fala reforçando duas questões. A primeira, ao professor Jamur da PROPLAN, com relação ao orçamento dos Institutos. Disse que segundo seu entendimento, seria uma decisão dos Institutos a definição do uso daquele recurso dentro do rol de atividades da 20GK, não uma limitação somente para diárias e transporte. Seria uma decisão dos Institutos, como querem utilizar. A segunda questão, seria reforçar a questão levantada pelo professor Felipe, que até a data daquela audiência não ter um levantamento dos estudantes de pós-graduação que precisam ou que poderiam acessar os recursos

de auxílio estudantil na Universidade e dados disponíveis. Disse que acredita que não seriam muitos e que, portanto, fosse um levantamento rápido. Disse que sabe que o orçamento de uma Universidade não é somente uma alteração de rubrica. Não é possível, por exemplo, como conselheiro da Universidade, tirar verbas da rubrica de diárias e passagens de qualquer unidade ou programas e repassar para outra e que isso tem um impacto muito grande na Universidade, sem dados disponíveis. Finalizou sua fala dizendo que seriam aqueles os pontos a serem tocados e se colocou à disposição. Na sequência, o terceiro inscrito do Bloco II, professor Fernando Correa Prado fez seu questionamento. Iniciou sua fala agradecendo e dizendo que se sentiu bastante contemplado com alguns questionamentos e propôs um convite. Disse que acredita ser consensual o quadro difícil que se vive. Disse que considera que são várias frentes necessárias e importantes para que esse quadro fosse combatido: da gestão, da política parlamentar e a frente, também, sindical. Convidou ao corpo docente que ainda não tivesse feito sua sindicalização ou que tivesse curiosidade de saber como funciona o Sindicato, no dia trinta de novembro haveria uma atividade no J.U., sala duzentos e quinze, de apresentação do ANDES, Sindicato Nacional com quarenta anos de história. Mais de cento e vinte seções sindicais em todo país. Oitenta mil filiados e filiadas e que tenta atuar na defesa dos direitos e nas condições dignas de trabalho do corpo docente mas não só: também pauta um projeto de educação para o país, articulando essa frente sindical, fortalecendo espaço e tal fortalecimento passa pela sindicalização, passa pela atuação nas assembleias. Disse que havia possibilidade de ganhar mais corpo para reverter aquele quadro difícil que se vive. Seria uma oportunidade para conhecimento do funcionamento, instâncias deliberativas e processos decisórios. Disse que esperava a participação de todos. Na sequência, a quarta inscrita do Bloco II, a professora Lívia Morales, fez seu questionamento. Iniciou sua fala saudando a todos e agradecendo a fala. Enfatizou a questão da dinâmica da Audiência Pública que tem sua importância, a discussão com a comunidade e que, no curto prazo entre a Audiência Pública e a data do CONSUN em que seria pautado o orçamento, se tornaria difícil. Citou alguns pontos que chamaram sua atenção: conseguir compreender e fazer uma leitura da própria evasão que já estava acontecendo antes da pandemia e o que ela ocasionou na pandemia, exatamente porque se tem um perfil de estudante que sai da Universidade muito específico. Não é todo estudante que vai embora. Os dados da PRAE comprovam isso. Como a gente lida com o orçamento, levando em conta quais estudantes a gente quer que fiquem na Universidade. Outro ponto que julgou fundamental, dirigido ao professor Jamur, e que era um debate feito no meio da pandemia, especialmente sobre o uso da verba 20 GK, como direção colegiada do ILAACH, lembrou que no passado, quando fizeram devolução de orçamento, justamente porque só seria possível usar o orçamento em diárias e passagens e transporte terrestre, a conversa longa que se teve com a PROPLAN foi justamente no sentido que se precisava de uma Pró-Reitoria para fazer pagamentos e se os Institutos não fizessem parceria com nenhuma Pró-Reitoria não seria possível utilizar a verba de 20GK. Perguntou, especificamente ao professor Jamur, o que teria mudado nesse quadro, se haveria acesso ao sistema de pagamentos dentro dos Institutos e como, de fato, dentro dessa lógica, seria possível transformar ou usar o orçamento não somente em diárias e passagens mas no 20 GK. Na utilização da verba do ano de dois e mil e vinte e dois, foi complicado o planejamento do uso dessa verba, não só pelo aumento da diária do servidor federal que alterou bastante o que se tinha planejado já que o custo aumentou, mas também pela possibilidade que se tinha em usar esse dinheiro em ações de permanência, não só de trazer convidados para palestra ou levar os estudantes à campo, que são importantes, mas para que fosse possível ter mais dinâmica no uso do próprio orçamento dentro dos Institutos. Agradeceu a todos e finalizou. Na sequência, como haviam sido encerrados os inscritos do segundo bloco de perguntas, o professor Jamur tomou a palavra. Iniciou fazendo um breve comentário sobre a questão do orçamento dos Institutos. Esclareceu que a PROPLAN sempre tem atendido prontamente às demandas dos Institutos em relação à execução de seus orçamentos e a resposta tem sido sempre a mesma e a resposta para algum desentendimento talvez seja a questão das competências. O Instituto tem seu orçamento e pode ser usado em ensino, em

pesquisa e extensão. Explicou que ao longo do histórico da UNILA, o maior uso do orçamento pelos Institutos foi com diárias, passagens e fretamento. O orçamento pode ser usado dentro da 20 GK. Citou exemplos: o ILACVN quer adquirir um software que vai trabalhar com pesquisa, algum insumo de laboratório ou outros tipos de insumo como já questionado pelo ILAACH, é possível utilizar, sim, porque isso está dentro de um projeto de ensino, dentro da sala de aula. Uma questão que é crucial, e é aí que vem o detalhe, que o Instituto não pode ferir competência das macrounidades. Citou como exemplo que, para assistência estudantil, é competência da PRAE e, portanto, o Instituto não deve sombrear esse trabalho. Para fomento à pesquisa, a competência é da PRPPG, para fomento à extensão, a PROEX e assim por diante. Essas macrounidades tem suas competências. Para que os Institutos executassem o orçamento, se quisessem criar uma bolsa "x" seria necessário que se tivesse primeiro uma Resolução do Conselho Universitário e essa bolsa não poderia ser uma réplica de outras de competência de Pró-Reitorias. É preciso haver uma Resolução, dizendo que este Instituto está executando tal programa. Algumas exceções existem. Por exemplo: o ILAACH executa o "Idioma sem Fronteiras" porque é uma política nacional. O Recurso vem vinculado para o "Idioma sem Fronteiras" e o ILAACH executa. Não há restrição, dentro da 20GK se o Instituto souber usar. Se ele montar o processo dele encaminhar para o setor que acolhe as demandas que é o setor de compras, será dado o tratamento. Na PROPLAN, só será segurado algum processo se houver pedido de ajuste e correção, ou até como falamos em fazer parceria com as macrounidades finalísticas para conseguir executar o orçamento, foi para evitar se ferir uma competência de uma macrounidade e isso quem fala é o próprio procurador. Em seguida, o Reitor Gleisson Brito explicou que não há mudança. Esse cenário é o mesmo desde sempre. Os pontos que o professor Jamur trouxe são aqueles que colocam um tipo de contorno nos limites e ações de cada uma das unidades e esse contorno pode ser alterado, evidentemente, seguidos os fluxos internos que se tem em termos de fluxo de órgãos colegiados. Pontuou que a PRPPG, como ressaltado pelo professor Márcio, já está conversando com a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis o fluxo para execução da política de assistência que, embora já aprovada pelo CONSUN, depende de normatização que será elaborada. Estão trabalhando para essa normatização. Estão trabalhando para ter uma possibilidade de uso do próprio alojamento para alunos de pós-graduação, também. Há uma série de ações que estão em andamento para que se dê vazão à questão da política de assistência, que foi enviada ao Conselho por esta gestão. É claro que é uma questão política, tanto é que enviamos a política de assistência e a aprovamos no Conselho Universitário e agora passamos pelo processo de organização para operacionalização da mesma. Lembrou que Ivonei mencionou a reserva de recursos na assistência para tanto. Citou que tem-se uma questão importante em relação à dados, trazida pelo professor Lucas. Disse não ter entendido quais dados exatamente o professor teria sentido falta, mas deixou claro que os dados da UNILA são dados abertos. Todos os dados institucionais têm transparência e são 100% acessíveis. Se houver algum dado com dificuldade de acesso as unidades estão à disposição para que se faça consulta e se esclarecerá na minúcia e no detalhamento. A peça orçamentária detalha dados e cada uma das unidades tem páginas de transparência, até mesmo não só por uma posição de gestão de transparência, mas porque é uma exigência dos órgãos de controle. Reiterou ao professor Lucas que não havia o que se falar em falta de transparência de dados, disse que seria, inclusive, preocupante, aquela fala. Reiterou que todos os dados da UNILA são transparentes e que não há dados ocultos ou com dificuldade de acesso. Exemplificou que estariam sendo construídas ferramentas que dariam mais facilidade, como, por exemplo, o Portal de Informações e Indicadores Institucionais, o painel de Custos e o painel de Contabilidade. Todos eles seriam uma forma de traduzir porque entende-se que, muitas vezes, o dado bruto é um dado não entendível pela maior parte da Comunidade. Disse que os servidores da PROPLAN entendem tranquilamente por lidar com a questão econômica, porque lidam com ferramentas que traduzem isso e que em nosso entender permitem o verdadeiro controle social por parte da comunidade da UNILA e também por parte da comunidade externa. Finalizou deixando toda a gestão à disposição para encaminhar os dados que estariam com dificuldade de acesso para que fosse possível

complementar isso. Para o terceiro bloco de perguntas, o primeiro inscrito foi o professor Lucas. Iniciou sua fala pedindo formalmente à PRPPG e à PRAE, os dados com relação aos estudantes da pós-graduação que podem ou poderiam acessar o auxílio estudantil. Segundo ele, seria um dado central e importante e que fora citado anteriormente como necessário. O segundo ponto, que ele acreditava que seja preciso caminhar para harmonização, seria com relação aos recursos dos Institutos. Hoje, na Universidade as competências das Pró-reitorias são definidas por uma Portaria de competência do Reitor e não por um Regimento da Reitoria aprovado pelo Conselho Universitário. Afirmou que seria uma questão política. Do entendimento do Reitor em relação ao entendimento das competências de suas Pró-Reitorias e os Institutos são definidos regimentalmente como unidades de gestão de ensino, pesquisa e extensão. Opinou que negar atividades de ensino, pesquisa e extensão dos Institutos parecia complicado e, em sua opinião, seria o que se vinha fazendo. Se o caminho fosse que os Institutos precisassem definir, no Conselho Universitário, uma Resolução, acreditava que isso necessitasse ser esclarecido para a Comunidade. Terceiro ponto, a questão da inclusão da pós-graduação na Assistência Estudantil, crê que a inclusão da pós-graduação se deu por emenda proposta, foi uma discussão encaminhada na discussão do Conselho Universitário pela Plenária. Finalizou sua fala agradecendo. Na sequência o Reitor Gleisson Brito agradeceu a fala do professor Lucas. Esclareceu que as competências dos órgãos foram dadas em Portarias e baseadas nas previsões regimentais e estatutárias das funções de cada órgão. Claro que as demandas podem ser apresentadas para serem avaliadas e sempre há possibilidade de revisão. Frisou que gostaria de pontuar uma preocupação. Quando se pensa na Universidade, pensamos nela como uma Instituição única e, sendo assim, há necessidade de cuidado para não criar micro-unidades com competências sobrepostas que evidentemente não contribuem para eficiência da execução de gastos e programas. As competências são dadas, conforme Regimento e Estatuto, mas também pensando no melhor funcionamento possível da Administração, nas melhores premissas de governança pública. Na sequência, houve a contribuição do Secretário de Implantação do Campus, professor Aref Kalilo Lima Kzam. Iniciou com alguns esclarecimentos complementares em relação à infraestrutura. Explicou que quando o Bloco de Aulas I foi construído, o seu orçamento inicial foi de seis milhões e cem mil reais. Quando feito o orçamento do segundo bloco de aulas, por conta da incidência da inflação no período, o orçamento foi de oito milhões e trezentos mil reais. A gestão, num grande esforço, como bem colocou o professor Jamur em seu *slide*, conseguiu trabalhar para poder cobrir esses empenhos e iniciar todas essas obras. No bloco de aulas I foi possível empenhar quase cem por cento dos recursos. Infelizmente, no primeiro momento, a empresa abandonou o canteiro e o recurso foi perdido por conta do empenho estar vinculado ao CNPJ da empresa. No segundo momento, espera-se que isso não aconteça com o segundo bloco de aulas. Onde se quer chegar com aquilo: no ano de dois mil e dezenove tinha-se três milhões de reais em investimento. No ano de dois mil e vinte esse valor foi reduzido para um milhão e quinhentos reais; em dois mil e vinte e um: zero; e dois mil e vinte e três: três milhões de reais. Conseguiu-se um Termo de Execução Descentralizada - TED e está sendo empenhado seis milhões de reais no segundo bloco de aulas. Ainda faltam dois milhões de reais para complementar o bloco por inteiro e cumprir com todo o cronograma. Com seis milhões de reais já empenhados é possível empenhar uns sete meses dos quatorze meses que estão sendo planejados para a construção do Bloco. Portanto, quando foram planejadas todas as edificações do Campus Integração e não somente nesse planejamento, mas com todas as outras tratativas que vêm sendo abordadas dentro da Universidade para tentar resolver ou minimizar seu problema de infraestrutura, o Restaurante Universitário sempre foi pautado. Antes mesmo da gestão ter sido assumida. Após ter assumido a gestão, na segunda reunião do Conselho Universitário foi apresentada uma proposta de R.U. porque foi uma exigência do Conselho Superior, o plano inicial das edificações. Num segundo momento, quando tratado do plano do Convênio Tripartite, também foi apresentada uma nova proposta de Restaurante Universitário- R.U. Nesse momento, se dirigiu, com respeito, ao professor Felipe, afirmando que não se tratava de uma questão política. Justificou que o R.U vem sendo

pautado em todos os planejamentos de infraestrutura, assim como orçamentário. Informou que uma expectativa básica de recurso para que se consiga implantar um restaurante universitário atuando com excelência, de maneira que consiga atender, pelo menos uma parte, ou grande parte da comunidade acadêmica, com uma estimativa em torno de quinhentos comensais, custa em torno de vinte milhões de reais. Então, na perspectiva trabalhada nesses anos de gestão, não houve essa sinalização de orçamento. Explicou que pautar o Restaurante Universitário como uma não sinalização de orçamento poderia ser imprudente. Informou que está sendo planejado, projetado e encaminhado para os devidos órgãos de aprovação, como por exemplo a vigilância sanitária. Na sequência, a palavra foi passada ao segundo inscrito do terceiro bloco, professor Felipe Cordeiro. Iniciou pedindo desculpas à audiência e explicando ser um debate difícil iniciado há muito tempo. Opinou ser necessário torná-lo mais público possível. Trata-se de respeitar a autonomia dos Institutos na formulação de políticas universitárias. Para lembrar sobre as normativas que dizem que os Institutos devem ter essa capacidade, inclusive, citou o Artigo cinquenta e um do Regimento Geral: "Os Institutos Latino-Americanos constituídos de unidades acadêmicas que em consonância com as diretrizes dos respectivos conselhos realizarão gestão administrativa do Ensino, Pesquisa e Extensão." Também o Artigo sessenta e quatro: "os Centros Interdisciplinares tem competência própria para planejamento e organização de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão e atuarão sempre que necessário em comparação entre si". Opinou que não se trata de "roubar" competência da Pró-reitoria, mas sim trabalhar em parceria com as Pró-reitorias para promoção do Ensino, Pesquisa e Extensão a partir de atividades próprias. Disse que é preciso para realização dessas atividades que os Institutos tenham a permissão para executar o recurso. Solicitou que seja editada uma Portaria ou um documento da Reitoria, caso contrário proporiam uma emenda bastante absurda mas, aparentemente, necessária no atual Orçamento para que os Institutos possam definir em seus Conselhos como melhor gerir seus próprios recursos. Que é muito pouco, segundo ele, em torno de um milésimo do orçamento total da Universidade, podendo estar enganado por não ser bom em matemática. Disse que seria um pouco capaz de fazer muita diferença na execução das políticas desses Institutos. Em seguida o Reitor informou que não há mais inscritos e questionou se algum membro da Comunidade teria interesse em se manifestar. Não houve interessados, motivo pelo qual Brito informou que caminhava para o processo de encerramento dos trabalhos daquela Audiência Pública. Enfatizou a importância daquele espaço para avançar não somente em termos de transparência, debates, mas também de construção conjunta. Citou a importância da comunidade da Universidade estar sempre muito atenta às temáticas que são debatidas nos órgãos colegiados. Disse que, evidentemente, existe uma estrutura para preservar a questão da democracia institucional que é baseada em órgãos colegiados, com representação de todas as categorias e nem sempre a comunidade acompanha todos esses espaços, e nem sempre tem a possibilidade de voz. É por isso que entende-se que a realização de eventos como audiências públicas são fundamentais para o processo de maturação da democracia da Instituição. Registrou agradecimento à participação de todos, a todas as intervenções muito propositivas. Explicou que, em relação às sugestões de edição de formato, todas elas serão discutidas internamente, para que seja possível oferecer à comunidade eventos que reflitam melhor os anseios e as demandas da Instituição. Finalizou com a esperança que de que fosse possível consolidar o Orçamento na próxima reunião do Conselho Universitário, dia vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e dois e, evidentemente, com a esperança de que seja possível encontrar novos tempos nas mudanças que irão acontecer no nível do Poder Executivo e do Poder Legislativo no próximo ano. Reforçou que o compromisso da UNILA é continuar sempre engajada na luta seja com quaisquer dos Poderes, com a Sociedade Civil Organizada ou seja com as entidades de representação como a ANDIFES e a CONIF para defender sempre os interesses da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Com votos de excelente tarde para todos e todas, o Reitor encerrou a Audiência Pública para debater o orçamento de dois mil e vinte e três, às 12h22min. E para constar, eu, Lais Pereira Ferreira, redigi a presente Ata.

(Assinado digitalmente em 02/12/2022 10:36)
GLEISSON ALISSON PEREIRA DE BRITO
REITOR

Visualize o documento original em <https://sig.unila.edu.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **1**, ano: **2022**, tipo: **ATA DE REUNIÃO**, data de emissão: **02/12/2022**
e o código de verificação: **38d2d5e36b**